



Número: **0001575-95.2015.8.17.1480**

Classe: **Procedimento Comum Cível**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Timbaúba**

Última distribuição : **23/09/2015**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
TACIANA DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))	
	BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO (ADVOGADO(A)) GUILHERME TRINDADE HENRIQUES BEZERRA CAVALCANTI (ADVOGADO(A)) Águeda Fabiana de Almeida Valença (ADVOGADO(A))
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)	
	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A)) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A))

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
182928172	20/09/2024 17:03	<a href="#">Petição (Outras)</a>	Petição (Outras)
182928173	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros Documentos
182928175	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 2</a>	Outros Documentos
182928176	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 3</a>	Outros Documentos
182928178	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 4</a>	Outros Documentos
182928180	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 5</a>	Outros Documentos
182929583	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 6</a>	Outros Documentos
182929584	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 7</a>	Outros Documentos
182929585	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 8</a>	Outros Documentos
182929586	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 9</a>	Outros Documentos
182929588	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 10</a>	Outros Documentos
182929589	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 11</a>	Outros Documentos
182929590	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 12</a>	Outros Documentos
182929591	20/09/2024 17:03	<a href="#">ANEXO 13</a>	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIMBAUBA/PE

PROCESSO: 00015759520158171480

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **TACIANA DA SILVA SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.ª, requerer noticiar ao ilustre julgador da causa impedimento jurídico para o prosseguimento da presente ação, face existência de outra demanda idêntica ajuizada pelo mesmo autor da presente, afigurando-se em COISA JULGADA, conforme a seguir fundamentado e comprovado.

Preliminarmente, informa da existência de **outra demanda idêntica a presente, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir**, a qual fora registrada sob o número **5018565-49.2017.8.09.0051**, e tramitou perante o Juízo da **COMARCA DE GOIANINHA**, **tendo havido trânsito em julgado de decisão de mérito, fazendo-se coisa julgada material**, conforme comprovam as cópias inclusas.

Desta feita, manifesta a tríplice identidade entre a presente demanda e aquela supramencionada, pelo que se requer o acolhimento desta preliminar, a fim de se julgar EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC. Por fim, pugna-se pela condenação da parte autora a todos os consectários legais, inclusive custas processuais, honorários advocatícios e ainda, a condenação pela comprovada litigância de má-fé conforme disposto no artigo 77 da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TIMBAUBA, 19 de setembro de 2024.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**OAB/PE 30225**

**Processo Nº: 5018565.49.2017.8.09.0051**

**1. Dados Processo**

Juízo.....: Goiânia - 2ª Vara Cível  
Prioridade.....: Normal  
Tipo Ação.....: Procedimento Comum  
Segredo de Justiça.....: NÃO  
Fase Processual.....: Conhecimento  
Data recebimento.....: 24/01/2017 17:21:07  
Valor da Causa.....: R\$ 10.968,75  
Classificador.....: ARQUIVADO

**2. Partes Processos:**

Promovente(s)  
TACIANA DA SILVA SOUZA

Promovida(s)  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A





ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Gustavo Pinheiro Davi  
OAB/GO 44.566

Juliane Kelly S. Ferreira  
OAB/GO 38.817

**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz (a) de  
Direito da Vara Cível da Comarca de Goiânia – Goiás.**



Pedido de Assistência Judiciária Gratuita (Art.  
5º, LXXIV da CF/88 e Lei nº 1.060/50).

**TACIANA DA SILVA SOUZA**, brasileira, solteiro, analista de  
estoque, portadora do R.G nº. 8706503 SSP/PE e CPF nº 099.441.814-01,  
residente e domiciliada na Rua P-38, Ed. Portal do Bueno, n. 975, apto. 1702,  
Setor Bueno, Goiânia - Goiás, por seu procurador Gustavo Pinheiro Davi,  
brasileiro, casado, advogado inscrita na OAB/GO n. 44.566, e-mail:  
gustavopinheiroadvogado@gmail.com, com atendimento profissional no  
endereço abaixo impresso, onde recebe as intimações de estilo, ajuizar a  
presente:

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – INVALIDEZ  
PERMANENTE**

em desfavor SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO  
SEGURO DPVAT S/A da pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério  
da Fazenda sob o CNPJ nº 092.486.080.001-04 – situada na Rua Senador  
Dantas, nº 74, 5º Andar , Centro - CEP 20.031-205 - Rio de Janeiro - RJ,  
Goiânia - Goiás, com fundamento no art. 3º, “b”, da Lei 6.194/74, com as  
alterações introduzidas pela Lei 8.441/92 e pela Lei 11.482/2007 e demais  
dispositivos da Lei aplicáveis à espécie, e pelos fatos e fundamentos a seguir  
aduzidos:

1

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 98276-6314, E-mail: gustavopinheiroadvogado@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:09

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10423560521600342, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>







DOS FATOS

A Requerente é beneficiária da Indenização do Seguro DPVAT, em decorrência de acidente ocorrido consigo em 21/10/2014, consoante comprovaram os doc. anexos.

No referido acidente, a Requerente sofreu lesão grave, sequelas estas de caráter permanente, como se pode comprovar pelos documentos em anexo.

Inobstante a condição de beneficiário, de igual forma, ter satisfeito as condições exigidas em lei, i.e. - *prova do acidente e do dano* - estando, portanto, assegurado o direito de percepção do benefício securitário.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Exª. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DO DIREITO

O Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO

Apesar de o(a) Autor(a) ter recebido um valor administrativo nada impede que seja cobrada a diferença da indenização.





O recebimento do seguro obrigatório importa, tão somente, na quitação das verbas especificamente recebidas, não inibindo os beneficiários de promover a cobrança judicial da diferença

Vejam os o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça que assim decidiu:

“O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, não relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação” (Resp 296675/SP, publicado na RSTJ 179/358, rel Mins. (Aldir Passarinho Junior).

DA PERÍCIA

Quanto a perícia, há um acordo entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, onde o Magistrado indica o perito e a seguradora arca com os honorários periciais.

DOS PEDIDOS

*"EX POSITIS", à luz do direito e dos fatos aduzidos e com fulcro na legislação pertinente à matéria ora discutida, assim requer:*

Que a requerida seja condenada ao pagamento da indenização do seguro DPVAT;

Requer ainda o pagamento da custas processuais e honorários advocatícios no patamar de 20% sobre o valor total da condenação e demais cominações legais;

Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, na medida em que o Requerente é pessoa humilde, que não dispõe de condições para acorrer ao Judiciário, sem privação de seu sustento e de sua família, conforme declaração de insuficiência financeira anexa aos presentes autos - *ex vi* do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e da Lei nº 1.060/50.

Requer assim, a citação via CORREIO (art. 247 do CPC), com a expedição de CARTA DE CITAÇÃO com Aviso de Recebimento – AR, a ser cumprida no endereço indicado, em desfavor da Requerida, na pessoa de seu Representante Legal (o Sr. Gerente Local – Súmula n.º 363/STF), para, querendo, no prazo legal, responda a presente, sob as penas da lei.

Requer ainda, caso a Requerida/Seguradora insista em infringir a Lei, não pagando o valor correto da indenização, de acordo com o exposto na presente peça inicial, seja a mesma, punida com a Suspensão da Autorização para operar no Seguro Obrigatório, conforme dispõe o art. 11 da Lei 6.194/74, além de outras penalidades contidas nas extensas leis vigentes aplicáveis à espécie.

DAS PROVAS

Requer finalmente, provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidas, máxime testemunhais, periciais, juntada de novos documentos, depoimento pessoal do representante da Reclamada, sob pena de confesso, dentre outros.





ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Gustavo Pinheiro Davi  
OAB/GO 44.566

Juliane Kelly S. Ferreira  
OAB/GO 38.817

O(a) requerente já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um Reais e vinte e cinco centavos), sendo assim, dá-se à causa o valor R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) termos dos artigos 291 e 292 do Código de Processo Civil.

Nestes Termos, **confiante na grande experiência, cultura e senso de justiça deste (a) Magistrado (a),**

Pede e Aguarda Deferimento.

Goiânia (GO), 20 de Janeiro de 2017.

(Assinado eletronicamente)  
**JULIANE KELLY SANTOS FERREIRA**  
OAB/GO 38.817

(Assinado eletronicamente)  
**GUSTAVO PINHEIRO DAVI**  
OAB/GO 44.566





ADVOCACIA E ASSESSORIA JURIDICA

Gustavo Pinheiro Davi  
OAB/GO 44.566

Juliane Kelly S. Ferreira  
OAB/GO 38.817

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

**TACIANA DA SILVA SOUZA**, brasileira, solteira, ANALISTA DE ESTOQUE, portadora de C.I. nº 8.706503: SSP/PE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 099.441.814-01, residente e domiciliada na P-38, Ed. Portal do Bueno, nº 975, apt.1702, Setor Bueno, Goiânia-GO,

OUTORGADO (S):

**GUSTAVO PINHEIRO DAVI**, brasileiro, casado, Advogado, devidamente inscrito na OAB/GO sob o nº 44.566, com endereço eletrônico [gustavopinheiroadvogado@gmail.com](mailto:gustavopinheiroadvogado@gmail.com) e **JULIANE KELLY DOS SANTOS FERREIRA**, brasileira, solteira, Advogada, devidamente inscrita na OAB/GO sob o nº 38.817, com endereço eletrônico [julianeferreiraadv@gmail.com](mailto:julianeferreiraadv@gmail.com), ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório profissional situado no endereço impresso, onde recebe as comunicações processuais de estilo,

PODERES:

Amplios, gerais e ilimitados, das cláusulas " *ad juditia* " e " *extra judicia* " e ainda os constantes da ressalva do art. 38 do Código do Processo Civil, para representar o (s) outorgante (s) perante pessoas jurídicas, de direito público ou privado, particulares, pessoas físicas ou jurídicas de qualquer espécie ou natureza, investidos ainda de tais poderes para o foro em geral, qualquer instância ou tribunal e mais os acordar, inclusive em audiência, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, endossar cheque, requer assistência judiciária, **RETIRAR ALVARÁ JUDICIAL DOS AUTOS, QUALQUER QUE SEJA O VALOR A SER LEVANTADO**, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente sem prejuízo dos poderes retromencionados para promover Ação Ordinária de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT, inclusive a diferença, nos termos da Lei nº 6.194/74, via administrativa e/ou judicial, bem como para solicitar e retirar qualquer tipo de documento que se fizer necessário junto a qualquer hospital.

Goiânia (GO), 09 de Janeiro de 2017.

  
**TACIANA DA SILVA SOUZA**  
(CPF nº 099.441.814-04)

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - 5ª. Sul, Goiânia - Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: [julianeferreiraadv@gmail.com](mailto:julianeferreiraadv@gmail.com)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:09

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10463569521600340, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032419400000178454068

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032419400000178454068>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24




**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10**  
**Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI**  
**Validação pelo código: 10453564521600346, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032419400000178454068  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032419400000178454068>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24



 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10453564521600346, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>




DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e da Lei nº 1.060/50, que sou pessoa pobre, de poucos recursos financeiros e que não tenho condições de custear a presente demanda sem comprometer o meu sustento e o de minha família.

Declaro ser verdade o acima exposto, sob as penas previstas em lei.

Goiânia (GO), 09 de Janeiro de 2017.

  
TACIANA DA SILVA SOUZA  
(CPF nº 099.441.814-04)

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10473563521600345, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 27868 Série 081

Taciana da Silva Souza  
ASSINATURA DO PORTADOR

Ministério do Trabalho e Emprego  
Carteira de Trabalho e Previdência Social  
27868-081



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Taciana da Silva Souza  
Loc. Nasc. Olinda PE 10/08/80  
Filiação Maria Antônia da Silva  
Doc. Nº 067.020.115-180117-77

ESTRANGEIROS

Chegada no Brasil em / / Doc. Ident. Nº  
Exp. em / / Estado  
Clt.  
Data Emissão 28/01/09 DDT Simbólica-R  
Boa Fecundia da Silva  
Assista da Vigência  
Nº 1.378-1 Prefeitura do Funchal



12

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: INTERGRIFFES INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO LTDA ME  
CNPJ: 12.899.895/0001-27  
AV: RODOVIA PE-082  
MUNICÍPIO: TIMBAUBA EST.: PE  
ESP. DO ESTABELECIMENTO: INDÚSTRIA  
CARGO: AUXILIAR DE ESCRITÓRIO  
DATA DE ADMISSÃO: 01/09/2014  
REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA: R\$ 724,00  
(Setecentos e Vinte e Quatro Reais) p/ mês.

X \_\_\_\_\_  
Ass. do empregador ou a cargo a test.

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Data saída \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Ass. do empregador ou a cargo a test.

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Com. Dupl. em CD Nº \_\_\_\_\_

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10403565521600349, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Boletim de Ocorrência

Gle://PC/Users/Policia Civil/infopol/bo/BOEView.html



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 046ª CIRCUNSCRIÇÃO -  
TIMBAUBA - DP46ªCIRC DINTER/11ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 14E0136002614

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 24/11/2014 às 18:43

**ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culpozo (Consumado)**  
que aconteceu no dia 21/10/2014 no período da Tarde

Fato ocorrido no endereço: MUNICIPIO DE TIMBAUBA, 1, PE 22, EM FRENTE  
AO POSTO DE GASOLINA DE MARRUBO - Bairro: CENTRO -  
TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL  
Local do Fato: VIA PUBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:  
DESCONHECIDO (AUTOR AGENTE)  
AMANDA MARIA DA SILVA (OUTRO)  
TACIANA DA SILVA SOUZA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(s) Sr(s):  
TACIANA DA SILVA SOUZA



**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

TACIANA DA SILVA SOUZA (presente no plantão) - Sexo: Feminina Mte: LUCINEIA  
DA SILVA SOUZA Pai: MARCOS ANTONIO DE SOUZA Data de Nascimento: 16/8/1988  
Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 3744663/000/PE (RG) Estado  
Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2ª. GRAU COMPLETO Telefones Celulares:  
- 99787877

Endereço Residencial: RUA FRANCISCO ASSIS CHATAUBRIAN, 206, CENTRO - CEP: 9 -  
Bairro: ALTO DA INDEPENDENCIA - TIMBAUBA/PERNAMBUCO/BRASIL

DESCONHECIDO (não presente no plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO  
INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

AMANDA MARIA DA SILVA (não presente no plantão) - Sexo: Feminina Naturalidade:  
NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(s) Sr(s): AMANDA MARIA DA SILVA, que  
estava em posse do(s) Sr(s): TACIANA DA SILVA SOUZA  
Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/HONDA/BIE125 Objeto apreendido: NÃO  
Cor: PRETA - Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Ocorrência:	File:///C:/Users/Polícia Civil/infopol/tem/BoCIEPreview.html
Placa:	KKQ4667 (PERNAMBUCONÃO INFORMADO) CNHs: 962JC4229AN216667
Complemento / Observação	
TACIANA DA SILVA VEIO A ESTA DELEGACIA COMUNICAR QUE ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA DESCRITA NESTE BO, SAINDO DO POSTO DE "MARRUDO", NA PE 22, QUANDO PERDEU O CONTROLE DO VEICULO QUANDO O FREIO DE PÉ DA MOTOCICLETA BATEU NO MEIO-FIO DA CALÇADA. NESTE MOMENTO, TACIANA CAIU AO CHÃO, SOFRENDO LESÕES NA PERNA DIREITA E SENDO SOCORRIDA AO HOSPITAL MUNICIPAL DE TIMBAUBA.	
Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial	
TACIANA DA SILVA SOUZA (VITIMA)	
	
B.O. registrado por: THIAGO HENRIQUE PINHA COUTINHO - Matrícula: 273693-4	
	
24/11/2014 18:57	

Ficha Hospital e/ou  
Tele-atendimento

FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL MUNICIPAL DR JOÃO COUTINHO

Nome: TACIANA DA SILVA SOUZA

Dt. Nasc.: 10/05/90 - 24 ano (s)

Mãe: LUCINEIA DA SILVA SOUZA

Endereço: , nº , CENTRO, TIMBAÚBA - PE

Data/hora: 21/10/2014 - 13:36

Nº registro: 47275

Sexo: Feminino

Fone:

Nº pág.: 1/1

FICHA DE ATENDIMENTO

ANAMNESE / QUEIXA PRINCIPAL:

- PACIENTE SOFREU TRAUMA EM PERNÁ DIREITA APÓS QUITAÇÃO DE CALÇADO, APRESENTANDO LESÃO COM SANGRAMENTO E DOR.

EXAME FÍSICO:

Peso: \_\_\_\_\_ kg

Altura: \_\_\_\_\_ mmHg

PA: \_\_\_\_\_ x \_\_\_\_\_ mmHg

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dL

IMC: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Temperatura: \_\_\_\_\_ °C

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

Resultados de Exames:

Conduta / Evolução do paciente:

Dr. JOSE EDNALDO DA SILVA JUNIOR

CRM: 19499

BR-408 S/N KM 29, Loteamento Araruna Timbaúba CEP: 55820-000- Timbaúba/PE  
Contato: (81) 3631-0089



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10493562521600344, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032419400000178454068

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032419400000178454068>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24

Num. 182928173 - Pág. 14

SES/FUSAM  
HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS

INST. NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA SUS-PE

**ATESTADO MÉDICO**

ATESTO que o Segurado Taciane de Silva  
Sauje

portador da Carteira Profissional n.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_

necessita de 60 semanas dias de afastamento

do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença.

a) Diagnóstico Fratura exposta do  
braço S82

b) Tratamento Tudo cirúrgico

Deverá retornar ao Ambulatório de: \_\_\_\_\_

Com \_\_\_\_\_ dias ( marcação preferencial, na fila, no dia anterior)

Veve 21/10/19  
HOSPITAL/AMBULATÓRIO LOCALIDADE/DATA

[Assinatura]  
Ass. do Médico – CRM N.º \_\_\_\_\_

NOTA: ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 69 DO RGPS, APROVADO PELO DECRETO N.º 60.501 DE 14-03-67 E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 01 A 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO

130-HGOV

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10413566521600348, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032453600000178454070

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032453600000178454070>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24





\*\* SES/USAM \*\*

HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS

RESUMO DE ALTA – CLÍNICA CIRÚRGICA

Nome: Taciana de Silva Sáez

Reg.:                           Enf.:                           Leito:

DATA DE ENTRADA: 21/10/11      DATA DE SAÍDA: 1/1/11

DIAGNÓSTICO DE ENTRADA: Fratura exposta fêmur do

DIAGNÓSTICO FINAL: frat// cirurgico

EVOLUÇÃO/EXAMES (EM ENFERMARIA): 1

DEVERÁ COMPARECER AO AMBULATÓRIO DE

PARA CONTROLE EM

Manoel Sérgio C. de Vasconcelos

Neurologia, Ortopedia e Traumatologia

CRM - PE 10437

MEDICO RESPONSÁVEL – CRM

105-BGOF





\*\* SES-FUSAM \*\*

HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS

RESUMO DE ALTA – CLÍNICA CIRÚRGICA

Nome: Taciane de Alencar Souza

Reg.: \_\_\_\_\_ Enf.: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_

DATA DE ENTRADA: 21/10/18 DATA DE SAÍDA: 1-1

DIAGNÓSTICO DE ENTRADA: Fratura exposta fêmur do

DIAGNÓSTICO FINAL: Fratura exposta

EVOLUÇÃO/EXAMES (EM ENFERMARIA): 1

DEVERÁ COMPARECER AO AMBULATÓRIO DE: \_\_\_\_\_

PARA CONTROLE EM 1

Manoela Sérgio C. da Veermeckes

Reguladora, Clínica de Fisioterapia

CRM-PE 1100

MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM

105-BGOF



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás


Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10413566521600348, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032453600000178454070  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032453600000178454070>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24

Num. 182928175 - Pág. 3



SES

HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

Pernambuco

End: Rua Adolpho Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX - 31828500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: Taciana Alves Silva

Registro: \_\_\_\_\_

Clinica: \_\_\_\_\_

Procedência: \_\_\_\_\_

Do INSS

Exames solicitados

Articulação de Tornozelo

Pré - lesão de tornozelo

(Ex porta) de 1 a 3 m.

Neurológico permanência

após o Trauma e

90 (noventa) dias M256

Dr. Tarciso Lyte

Traumatologista

CRM 10001


Data: 26/01/15

Médico-CRM

075-HOF







SES

HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

Pertencimento: End. Rua Aprígio Guimarães SN Telêmaco Pólo PE PABX 31828500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: Luciano de Souza

Registro: \_\_\_\_\_

Clinica: \_\_\_\_\_

Procedência: \_\_\_\_\_

Seu

Retorno a

30 dias

Tratamento

Tratamento

Tratamento

07/12/17

Data: 1/1

Médico-CRM

075-HOF





PREFEITURA DE  
**Timbaúba**

SECRETARIA DE SAÚDE  
**RECEITUÁRIO**

P/ Tarciana da Silva Souza

Solicito

Fisioterapia Motora  
Secretaria Municipal de Saúde de Timbaúba  
USF Toda Criança  
Prestador de Serviço: H. F. L. M.  
Data: 09/10/2019  
Assinatura: [assinatura]


Caro(a) Sr(a) de São  
Paulo,  
Cordialmente,  
GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Praça Cláudio Gueiros, s/n - Centro - Timbaúba - PE  
Fone: (81) 3631.2071 - e-mail: sms\_timbauba@yahoo.com



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:10  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10413566521600348, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>





PREFEITURA DE  
**Timbaúba**

SECRETARIA DE SAÚDE  
**RECEITUÁRIO**

TACIANA DA SILVA SOUZA, 24a

Deuacão

Requero p/ os devidos fins que a  
PACIENTE CITADA NECESSITA DE TRANS-  
PORTE p/ CONSULTA NO HOSPITAL  
OTÁVIO DE FREITAS NO DIA 01/12/14  
ÀS 08h. A PACIENTE PRECISA SER  
TRANSPORTADA DEITADA DEVIDO A LES-  
TURA DO PÉ DIREITO.


24/11/14

Sem mais,

Thales Farias  
Médico  
CRM-PE 22.483

Praça Cláudio Gueiros, s/n - Centro - Timbaúba - PE  
Fone: (81) 3531.2071 - e-mail: sms\_timbauba@yahoo.com





SES/FUSAM  
HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS

INST. NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA SUS-PE

ATESTADO MÉDICO

ATESTO que o Segurado Taciane da Silva  
Silva

portador da Carteira Profissional n.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_

necessita de 60 (semente) dias de afastamento

do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença.

a) Diagnóstico Fratura exposta distal  
Do 582

b) Tratamento Tut/ Curativo

Deverá retornar ao Ambulatório de: \_\_\_\_\_

Com \_\_\_\_\_ dias ( marcação preferencial, na fila, no dia anterior)

Recu 21/10/19  
HOSPITAL/AMBULATORIO LOCALIDADE/DATA

[Assinatura]  
Ass. do Médico – CRM N.º \_\_\_\_\_

NOTA: ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 86 DO RGPS, APROVADO PELO DECRETO N.º 80.501 DE 14-03-87 E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 01 A 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO

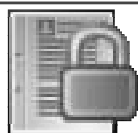
130-RGOF

Acompanhe o processo de indenização - Seguro DPVAT - O seguro do trânsito

CPF/CNPJ: 09944181404

Fique atento: o prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data da liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
03/07/2015	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25



Assinado por: CUSTAVO F. INEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10483563521600787, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24



Banco do  
Nordeste

Domínio Sistema	Eventos GEN e dos volumes 1 e 2 do Catálogo destin
Número Único da Operação	00000000201507035150586
Código Mensagem	PAG0108R2
Número Controle PAG	201507034095973
Data Hora PAG	03/07/2015 - 07:23:59
ISPB IF Debitada	Brasil
Agência Debitada	1769
Tipo Conta Debitada	Conta Corrente
Conta Debitada	611000
Tipo Pessoa Debitada	Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Cliente Debitado	9248608000104
Nome Cliente Debitado	SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
ISPB IF Creditada	BNB
Agência Creditada	TIMBAUBA
Tipo Conta Creditada	Conta Corrente
Conta Creditada	265942
Tipo Pessoa Creditada	Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado	9944181404
Nome Cliente Creditado	TACIANA DA SILVA SOUZA
Valor Lançamento	R\$ 2.531,25
Finalidade Cliente	Outros
Código Identificador Transferência	000000000000002963326838
Histórico	PAGAMENTOS DIVERSOS
Data Movimento	2015-07-03

<http://doo1www044/spb/conteudo/AtlgProperty.Iframe2.asp?CdMer=25379758>

06/07/2015

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 24/01/2017 17:21:11  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10483563521600787, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032453600000178454070  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032453600000178454070>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24

Processo Distribuído

1. A movimentação: ( Processo Distribuído - Goiânia - 2ª Vara Cível - I (Normal) ) do dia 24/01/2017 17:21:09 não possui "Arquivos".



CERTIDÃO-Certifico que a parte autora não pagou custas iniciais.

Goiânia, 27.1.2017.

Luiz Otávio Soares-escrivão.



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 27/01/2017 09:43:11  
Assinado por LUIZ OTAVIO SOARES  
Validação pelo código: 10403566525711144, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032453600000178454070  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032453600000178454070>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24



Autos Conclusos

1. A movimentação: ( Autos Conclusos - P/ DECISÃO ) do dia 27/01/2017 09:55:30 não possui "Arquivos".





Estado de Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de GOIÂNIA  
Goiânia - 2ª Vara Cível - I

**Despacho**

Intime-se a parte autora para, no prazo 15 (quinze) dias, dizer se tem interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, VII, do CPC), sob pena de indeferimento da inicial.

Cumpra-se.

Goiânia, 15 de fevereiro de 2017.

**Dioran Jacobina Rodrigues**  
Juiz de Direito

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:26

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/07/2017 10:48:18  
Assinado por DIORAN JACOBINA RODRIGUES  
Validação pelo código: 10453560567749844, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032453600000178454070  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032453600000178454070>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:24

Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. DESPACHO - 01/07/2017 10:48:18) ) do dia 04/07/2017 16:34:37 não possui "Arquivos".





**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz de Direito da  
2º Vara Cível da Comarca de Goiânia – Goiás.**

Processo nº: **5018565.49.2017.8.09.0051**  
Natureza: **INDENIZAÇÃO**  
Requerente: **TACIANA DA SILVA SOUZA**  
Requerida: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**TACIANA DA SILVA SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem a digna presença de Vossa Excelência, através de seus procuradores que a esta subscrevem, expor e requerer o que se segue:

Em atendimento ao despacho retro, informa a Autora que tem interesse na realização de audiência de conciliação.

Nestes Termos, **confiante na grande experiência, cultura e senso de justiça deste (a) Magistrado (a).**

Pede e Aguarda Deferimento.

Goiânia (GO), 06 de Julho de 2017.

(Assinado eletronicamente)  
**GUSTAVO PINHEIRO DAVI**  
**OAB/GO. 44.566**

(Assinado eletronicamente)  
**JULIANE KELLY SANTOS FERREIRA**  
**OAB/GO 38.817**

Rua 101, nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center, Setor Sul, CEP: 74.080-150, Goiânia – Goiás,  
fone: (62) 3434-4090 / (62) 98276-6314, e-mail: gustavopinheiroadvogado@gmail.com

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2017 17:07:57**  
**Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI**  
**Validação pelo código: 10453563567305265, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032483900000178454071  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032483900000178454071>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 02ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE GOIÂNIA/GO.

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO

DPVAT S/A, qualificada nos autos do processo n. 5018565.49.2017.8.09.0051, onde figura como parte autora TACIANA DA SILVA SOUZA, vem, respeitosamente, a douta presença de Vossa Excelência, por via de seu advogado infra-assinado, que recebe intimações de estilo na Rua 102, Qd. F-21, Lt. 09, Setor Sul, CEP: 74083-250, na comarca de Goiânia/GO, apresentar **CONTESTAÇÃO** aos termos e pedidos insertos na peça inaugural, o que faz com fulcro nos elementos de fato e de direito a seguir articulados:

I. SÍNTESE DA INICIAL

Segundo os termos da peça vestibular, a parte autora pretende perceber indenização no valor de R\$ 10.968,75 a título do seguro DPVAT, em decorrência de suposta invalidez permanente causada por acidente automobilístico ocorrido em 21/10/2014.

Do valor da causa, requer o acréscimo de juros, correção monetária, além da condenação da seguradora aos ônus da sucumbência no importe de 20% sobre o valor da condenação.

Campo Grande/MS  
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 - 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468  
Cuiabá/MT  
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143  
Palmas/TO  
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801  
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS  
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 - 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895  
Goiânia/GO  
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 - 62 3257.5500 | Fax: 62 3257.5501  
Brasília/DF  
SRTVS Quadra 701Bloco A | Sala 411 | Centro Empresarial Brasília  
CEP 70340-907 | 61 3037.6565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Requeru a concessão da justiça gratuita por não ter condições de arcar com custas e demais despesas processuais.

Sem maiores detalhamentos, tem-se que não merece guarida o pedido deduzido na prefacial, o que será melhor esmiuçado nas razões seguintes:

II. PRELIMINARMENTE - CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE INTERESSE  
DE AGIR EM RAZÃO DE PAGAMENTO DA COBERTURA EM SEDE  
ADMINISTRATIVA

Como se infere na peça inaugural, o demandante alega que faz jus ao recebimento de indenização referente do seguro DPVAT.

Todavia, conforme noticiado pelo próprio demandante, o mesmo já recebeu em sede administrativa, a quantia de R\$ 2.531,25 pela invalidez parcial permanente oriunda do mesmo acidente em questão, de modo que não há falar em novo pagamento indenizatório.

Em consulta ao dossiê administrativo, denota-se que o demandante formulou pedido administrativo exatamente sobre o mesmo fato gerador da presente demanda, qual seja, invalidez permanente pelo sinistro noticiado.

Na oportunidade a seguradora acionada realizou a competente regulação do sinistro, que culminou no pagamento no valor de R\$ 2.531,25 em 03/07/2015, sendo certo que o pagamento realizado foi em perfeita consonância com a MP 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, já vigente na data do sinistro (21/10/2014), que determina que a indenização do seguro DPVAT deve levar em conta a proporcionalidade da lesão sofrida pelo autor e não o total do capital segurado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Na oportunidade da realização do mencionado pagamento, a parte autora outorgou à seguradora plena, rasa e integral quitação no que concerne sua obrigação em relação à cobertura devida em virtude do acidente de trânsito por ela sofrido, não tendo, adverte-se, feito qualquer ressalva à quantia adimplida, razão pela qual não tem a mínima condição de prosseguir a pretensão deduzida na peça vestibular.

Como um ato jurídico perfeito, a dita quitação teria de ser previamente desconstituída pela parte autora por via da propositura da correspondente Ação Anulatória, na qual poderia alegar a ocorrência de vício de manifestação de vontade. Ocorre que a parte demandante jamais requereu a anulação da quitação, muito menos arguiu, ainda que superficialmente, a ocorrência de simulação, dolo, coação ou falsidade.

De fato, para que fossem afastados os efeitos extintivos da quitação, deveria o subscritor do referido recibo ter suscitado a ocorrência de simulação, dolo ou coação, o que é mais importante, por meio da competente ação anulatória do ato jurídico pretensamente inquinado do suposto vício de consentimento.

Isto porque, como de sabença, as nulidades a que se refere o art. 171 do Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo código), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expresso dos eventuais interessados. Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!

Desta feita, haja vista que, ao decidir a lide, é vedado ao Juiz proferir sentença de natureza diversa da pedida pelo postulante (art. 492, do Novo Código de Processo Civil), bem como que nenhum pedido foi expressamente feito no sentido de que a quitação fosse declarada nula em virtude de um defeito ou vício de consentimento, infere-se que o ato jurídico liberatório deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à decretação da extinção do presente feito por carência do direito de ação.

E, como a quitação permanece válida em todos os seus termos, o



devedor está exonerado de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes.

Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção juris tantum, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento, o que não é o caso destes autos. Na hipótese dos autos nada fez a contestante para constranger a parte autora a receber a quantia que lhe foi disponibilizada.

Desta maneira, resta evidente que a parte autora não possui interesse de agir, pois já transigiu relativamente ao valor da cobertura, nada havendo requerido ou alegado quanto à ocorrência de um vício do consentimento, de sorte que o feito deve ser julgado extinto sem julgamento de mérito, o que se requer com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil.

**III. MÉRITO - DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL - DA  
REGULARIDADE DO VALOR PAGO À PARTE AUTORA A TÍTULO DE  
INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR VALOR  
RESIDUAL - DA APLICAÇÃO DA LEI 11.945/2009 E DA SÚMULA 474 DO STJ**

Consoante exposto na inicial acredita a parte autora ter direito ao recebimento da indenização do seguro DPVAT em razão da invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito ocorrido em **21/10/2014**.

A despeito da pretensão deduzida, tem-se, com a devida vênia, que a parte autora não tem direito algum em perceber qualquer valor remanescente, notadamente porque o valor que lhe foi disponibilizado está em plena consonância com o que estabelece a Lei 6.194/74, com as alterações trazidas pela Lei 11.945/09, além do que a indenização levou em conta o grau de invalidez das lesões por ele experimentadas.

Cumpre asseverar que de forma extremamente temerária o





demandante ignora a edição da lei 11.945/09, a qual já estava em vigor na data do sinistro e que estabelece que a cobertura por invalidez será paga levando em conta a lesão acometida ao beneficiário e a tabela inserida no próprio texto da lei.

Pelo o que se depreende sem razão alguma a pretensão deduzida pelo demandante, pois definitivamente a seguradora a indenizou de forma correta e em plena consonância com a debilidade sofrida, devendo-se frisar que não há justificativa alguma para se pagar o valor integral da cobertura em questão, ou mesmo qualquer saldo remanescente.

Para melhor entendimento, segue forma como foi feito o pagamento em sede administrativa:

- a) COBERTURA MÁXIMA NA ÉPOCA DA CONSTATAÇÃO DA INVALIDEZ - DPVAT: R\$13.500,00;
- b) TIPO DE LESÃO: PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM QUADRIL, JOELHO OU TORNOZELO: 25% (PERCENTUAL APLICÁVEL)
- c) PERCENTUAL DE DEBILIDADE APURADO NA PERÍCIA MÉDICA REALIZADA: 10% (DECLARAÇÃO DO *EXPERT*);
- d) VALOR DEVIDO AO SEGURADO, CONSIDERANDO O PERCENTUAL UTILIZADO PELA SUSEP PARA DEBILIDADE DO MEMBRO AFETADO, BEM COMO O APURADO POR VIA DE PERÍCIA MÉDICA: R\$ 2.531,25.

Com efeito, é plenamente aplicável ao caso o critério adotado pela seguradora quando do pagamento administrativo, visto que levou em conta as lesões que acometeram o postulante, o grau de sua extensão, o capital atualmente em vigência e a Tabela constante na Lei 6.194/74, assim é que não há porque amparar a pretensão inaugural.

De mais a mais, após centenas de julgamentos, o e. Superior Tribunal de Justiça, examinando a legislação anterior à MP 451/08, sem que houvesse um único acórdão dissonante, editou a Súmula nº 474, com o seguinte teor:

“A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL DO BENEFICIÁRIO, SERÁ PAGA DE FORMA PROPORCIONAL AO GRAU DA INVALIDEZ.”



Com efeito, a referida Súmula determinou a aplicação do critério de proporcionalidade, e também reconheceu que a sua incidência se dá pelo uso da tabela de cálculo do percentual da invalidez parcial. Enquanto vigente a Lei 6.194/74, em sua redação original, a tabela era editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo o STJ, em acórdão relatado pela Ministra Nancy Andrighi, reconhecido a validade da sua aplicação. Veja-se o teor desse precedente:

**"DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE.**

- 1. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL. PRECEDENTE.
- 2. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO." (RESP 1101572/RS, TERCEIRA TURMA, REL. MINISTRA NANCY ANDRIGHI, JULGADO EM 16.11.2010, DJE 25.11.2010 – GRIFOU-SE).

No mesmo sentido, demonstrando o entendimento pacífico da Seção de Direito Privado do STJ sobre a questão, veja-se o seguinte acórdão relatado pelo Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO:

**“CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

- 1. EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, É CORRETA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO A DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT. INTERPRETAÇÃO DO ART. 3º, "B", DA LEI 6.194/74. PRECEDENTES.
- 2. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” (AGRG NO RESP 1298551/MS, QUARTA TURMA, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, JULGADO EM 01.03.2012, DJE 06.03.2012).”

Como se vê, portanto, a aplicação da tabela de proporcionalidade é uma conduta julgada válida pelo STJ, que antes e depois da entrada em vigor da MP 451, reconhece a possibilidade de se atribuir aos diferentes graus da lesão sofrida pelo beneficiário



uma indenização proporcional.

Pelo o que se depreende sem razão alguma a pretensão deduzida pelo demandante, pois definitivamente a seguradora o indenizou de forma correta e em plena consonância com a debilidade sofrida, devendo-se frisar que não há justificativa alguma para se pagar o valor integral da cobertura em questão.

Insta declarar, que ao contrário do afirmado pelo autor na exordial, é necessária a análise da proporcionalidade da lesão quando do pagamento da cobertura por invalidez, o que pode ser verificado no seguinte dispositivo da Lei 6.194/74, já vigente quando do acidente daquele, senão vejamos:

**“ART 3.º OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ART. 2º DESTA LEI COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, POR INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, E POR DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES, NOS VALORES E CONFORME AS REGRAS QUE SE SEGUEM, POR PESSOA VITIMADA: (ARTIGO ALTERADO PELA MP 340/06 E POSTERIORMENTE PELA MP 451/08).**

**I - R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS) - NO CASO DE MORTE; (INCISO ALTERADOS PELA MP 340/06)**

**II - ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) - NO CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE; E (INCISO ALTERADOS PELA MP 340/06)**

**III - ATÉ R\$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS) - COMO REEMBOLSO À VÍTIMA - NO CASO DE DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES DEVIDAMENTE COMPROVADAS. (INCISO ALTERADOS PELA MP 340/06)**

**§1º NO CASO DA COBERTURA DE QUE TRATA O INCISO II, DEVERÃO SER ENQUADRADAS NA TABELA ANEXA A ESTA LEI AS LESÕES DIRETAMENTE DECORRENTES DE ACIDENTE E QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA, CLASSIFICANDO-SE A INVALIDEZ PERMANENTE COMO TOTAL OU PARCIAL, SUBDIVIDINDO-SE A INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL EM COMPLETA E INCOMPLETA, CONFORME A EXTENSÃO DAS PERDAS ANATÔMICAS OU FUNCIONAIS, OBSERVADO O DISPOSTO ABAIXO: (PARÁGRAFO ACRESCENTADO PELA MP 451/08)**

**I - QUANDO SE TRATAR DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA, A PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL SERÁ DIRETAMENTE ENQUADRADA EM UM DOS SEGMENTOS ORGÂNICOS OU CORPORAIS PREVISTOS NA TABELA ANEXA, CORRESPONDENDO A INDENIZAÇÃO AO VALOR RESULTANTE DA APLICAÇÃO DO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032512200000178454073

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032512200000178454073>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

*PERCENTUAL ALI ESTABELECIDO AO VALOR MÁXIMO DA COBERTURA; E*

*II - QUANDO SE TRATAR DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA, SERÁ EFETUADO O ENQUADRAMENTO DA PERDA ANATÔMICA OU FUNCIONAL NA FORMA PREVISTA NA ALÍNEA “A”, PROCEDENDO-SE, EM SEGUIDA, À REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO QUE CORRESPONDERÁ A SETENTA E CINCO POR CENTO PARA AS PERDAS DE REPERCUSSÃO INTENSA, CINQUENTA POR CENTO PARA AS DE MÉDIA REPERCUSSÃO, VINTE E CINCO POR CENTO PARA AS DE LEVE REPERCUSSÃO, ADOTANDO-SE AINDA O PERCENTUAL DE DEZ POR CENTO, NOS CASOS DE SEQÜELAS RESIDUAIS.”*

Apenas a título de informação, esclarece a seguradora que antes mesmo da alteração da Lei 6.194/74 pela Medida Provisória 451/2008 já estava consolidado no STJ o entendimento de que a cobertura por invalidez deve ser paga de forma proporcional à lesão sofrida, assim é que não existe alicerce algum para o pedido do postulante.

Corroborando a exposição feita, segue recente aresto do STJ a respeito da matéria em debate:

**“DPVAT. PROPORÇÃO. INVALIDEZ.**

**DIANTE DA INTERPRETAÇÃO QUE SE DÁ AO ART. 5º, § 5º, DA LEI N. 6.194/1974 (PARÁGRAFO INCLUÍDO PELA LEI N. 8.441/1992), É POSSÍVEL A COBERTURA PARCIAL DO DPVAT AO LEVAR-SE EM CONTA O GRAU DE INVALIDEZ. NÃO HAVERIA SENTIDO ÚTIL DE A LEI INDICAR A QUANTIFICAÇÃO DAS LESÕES E PERCENTUAIS DE TABELA PARA FINS DE DPVAT SE ESSE SEGURO SEMPRE FOSSE PAGO EM SEU VALOR INTEGRAL. RESP 1.119.614-RS, REL. MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, JULGADO EM 4/8/2009.”**

Outrossim, a mencionada Súmula, recentemente foi corroborada através de julgamento de Reclamação oriunda do Estado do Maranhão (Rcl 10.093-MA), que adequou Acórdão discordante à jurisprudência já consolidada pela Corte, senão vejamos:

**“DIREITO CIVIL. PROPORCIONALIDADE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL DO BENEFICIÁRIO (SÚMULA 474/STJ).**

**A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT NÃO DEVE OCORRER NO VALOR MÁXIMO APENAS CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE**

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**

**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**

**Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032512200000178454073

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032512200000178454073>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL (SÚMULA 474/STJ). ASSIM, AS TABELAS ELABORADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP), QUE ESTABELECEM LIMITES INDENIZATÓRIOS DE ACORDO COM AS DIFERENTES ESPÉCIES DE SINISTROS, PODEM SER UTILIZADAS NA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA ADEQUAR O ACÓRDÃO RECLAMADO À JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DO STJ. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A TODOS OS COLÉGIOS RECURSAIS DO PAÍS COMUNICANDO A DECISÃO (RESOLUÇÃO 12/STJ). PRECEDENTES CITADOS: RESP 1.101.572-RS, TERCEIRA TURMA, DJE 25/11/2010; AGRG NO RESP 1.298.551-MS, QUARTA TURMA, DJE 6/3/2012; EDCL NO ARESP 66.309-SP, QUARTA TURMA, DJE 1º/8/2012, E AGRG NO ARESP 132.494-GO, QUARTA TURMA, DJE 26/6/2012. RCL 10.093-MA, REL. MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA, JULGADA EM 12/12/2012.”

Diante do exposto, espera a seguradora que seja ignorado o critério de pagamento defendido na prefacial de fls., devendo ser considerado ora articulado, que tem expressa previsão na legislação vigente.

IV. DO PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE.

IV. 1. DO VALOR PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA.

Derradeiramente, se todos os posicionamentos acima forem superados, requer a contestante que o valor pago administrativamente, assim **R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)** seja corrigido quando da dedução da cobertura a ser deferida na presente, o que irá evitar eventual vantagem à parte postulante.

IV. 2. DOS JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.

Em caso de eventual condenação, hipoteticamente falando, deverão os juros de mora ser de 1% ao mês, contados a partir da citação válida ocorrida, consoante a súmula 426 do STJ, conforme segue:



“SÚMULA N. 426-STJ. OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO. REL. MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, EM 10/3/2010.”

Quanto à correção monetária, espera que seja observada a data de propositura da presente como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto na Lei n.º 6.899/81. Neste ponto, não se pode perder de vista que a relação existente as seguradoras e os possíveis beneficiários do seguro em questão são derivadas de um contrato de natureza estritamente social, motivo pelo qual se impõe a aplicação das regras estabelecidas na respectiva Lei Federal.

Neste contexto, seguem julgados pertinentes:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE COM TRATOR. NEXO CAUSAL. COBERTURA DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

É DEVIDO O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT A VÍTIMA DE ACIDENTE COM TRATOR, MESMO QUE ESTEJA PARADO. EM SE TRATANDO DE PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/2007, COM AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA MP 451/2008, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009, O TERMO A QUO DA CORREÇÃO MONETÁRIA É A DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO QUANDO NÃO HOUVE PEDIDO ADMINISTRATIVO RECUSADO PELA SEGURADORA. TENDO A SENTENÇA JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO ALTERNATIVO DO AUTOR, CABE À SEGURADORA REQUERIDA O PAGAMENTO TOTAL DAS CUSTAS PROCESSUAIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO PATRONO DO REQUERENTE, FIXADOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO PRINCIPAL E DAR PROVIMENTO AO APELO ADESIVO.” (TJ-MG; APCV 1.0701.12.010107-9/001; REL. DES. SEBASTIÃO PEREIRA DE SOUZA; JULG. 11/12/2013; DJEMG 10/01/2014)

Pretensão esta que tem alicerce no art. 85, §2.º, e seus incisos, do CPC/2015, senão vejamos:

“ART. 85. A SENTENÇA CONDENARÁ O VENCIDO A PAGAR HONORÁRIOS AO ADVOGADO DO VENCEDOR.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032512200000178454073

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032512200000178454073>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25



*§2º. OS HONORÁRIOS SERÃO FIXADOS ENTRE O MÍNIMO DE DEZ E O MÁXIMO DE VINTE POR CENTO SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, DO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO OU, NÃO SENDO POSSÍVEL MENSURÁ-LO, SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, ATENDIDOS:*

*I – O GRAU DO ZELO DO PROFISSIONAL;*

*II – O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;*

*III – A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA;*

*IV – O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO.”*

Desse modo, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

V. REQUERIMENTOS

Por todo exposto, requer-se a Vossa Excelência:

- ✓ O acolhimento da preliminar arguida, devendo o processo ser extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inc. VI, do Novo Código de Processo Civil;
- ✓ Que seja julgado totalmente **IMPROCEDENTE** o pedido formulado na inicial tendo em vista que a parte autora já recebeu o que lhe era de direito em sede administrativa, não tendo direito ao recebimento de qualquer quantia complementar ou remanescente, de modo que a extinção do feito é medida que se impõe e se espera;
- ✓ Porventura não sejam admitidas as postulações anteriores, requer que eventual indenização por invalidez permanente seja estipulada levando-se em consideração a proporcionalidade da lesão sofrida pela autora de acordo com a Tabela da SUSEP e as disposições da Lei 11.945/2009, com juros e correção aplicados conforme estabelecido na presente;
- ✓ A juntada do relatório médico, do laudo de avaliação e do comprovante de pagamento;
- ✓ Requer ainda a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, principalmente a **DOCUMENTAL SUPLEMENTAR, DEPOIMENTO PESSOAL e a PROVA PERICIAL** para qual, desde já, apresenta os quesitos abaixo relacionados;
- ✓ Derradeiramente, que seja anotado na capa do feito o nome do Dr. EDYEN



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>





VALENTE CALEPIS, OAB/GO 28.442-A com o fim de recebimento EXCLUSIVO  
das intimações de estilo, sob pena, caso assim não seja feito, de nulidade das mesmas.

Pede-se deferimento.

Goiânia/GO, 07 de julho de 2017.

  
EDYEN VALENTE CALEPIS  
OAB/GO 28.442-A

RAFAEL SOARES DOMINGUES NOGUEIRA  
OAB/GO 28.350



**QUESITOS:**

1. Queira o Sr. Perito informar se a parte autora efetivamente detém a lesão apontada na inicial de fls.
2. Queira o Sr. Perito precisar, **em caso de reposta afirmativa ao quesito anterior**, a partir de que momento e/ou data O AUTOR TEM CIÊNCIA DO CARÁTER PERMANENTE DA invalidez do membro, órgão ou função?
3. A partir de quando as lesões sofridas pela parte autora foram consolidadas?
4. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Querira o Sr. Perito informar se ainda há possibilidades de tratamento para recuperação da lesão?
7. Em razão da lesão, está a parte autora definitivamente inválida?
8. Queira o Sr. Perito precisar, **em caso de reposta afirmativa ao quesito anterior**, a partir de que momento e/ou data a parte autora tomou conhecimento acerca de sua invalidez?
9. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
10. Queira o Sr. Perito informar se a referida lesão resultou em alguma invalidez ou incapacidade permanente para a parte autora **e, em caso positivo**, qual o seu respectivo grau de extensão, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido (repercussão intensa, média, leve ou sequelas residuais);
11. Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**


**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**

**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**

**Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



COMPROVANTE DE PAGAMENTO

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032542000000178454075  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032542000000178454075>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

LAUDO DE AVALIAÇÃO



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032542000000178454075  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032542000000178454075>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

RELATÓRIO MÉDICO




Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032542000000178454075  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032542000000178454075>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

INSTRUMENTO DE MANDATO

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10493566567699606, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032571500000178454078  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032571500000178454078>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A; ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BVA SEGUROS S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J MALUCELLI SEGUROS S/A; JAVA NORDESTE SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VERA CRUZ VIDA S/A; MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; NONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS;**

Campo Grande/MS  
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 - 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468  
  
Cuiabá/MT  
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143  
  
Palmas/TO  
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801  
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS  
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 - 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895  
  
Goiânia/GO  
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 - 62 3257.5500 | Fax: 62 3257.5501  
  
Brasília/DF  
SRTVS Quadra 701Bloco A | Sala 411 | Centro Empresarial Brasília  
CEP 70340-907 | 61 3037.6565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**  
**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**  
**Validação pelo código: 10403565567699605, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032571500000178454078  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032571500000178454078>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25



PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, doravante denominada Outorgante, SUBSTABELEÇO, com reserva de iguais, EXCETO PARA RECEBER INTIMAÇÕES, QUE DEVERÃO SER PROCEDIDAS EXCLUSIVAMENTE NOME DO SUBSTABELECENTE (EDYEN VALENTE CALEPIS – OAB/GO 28.442-A), na pessoa do advogado RAFAEL SOARES DOMINGUES NOGUEIRA, devidamente inscrito na OAB/GO sob n.º 28.350, JOÃO BOSCO DE PAULA BRANDÃO - OAB/GO 34.345, FLORISVALDO DE ARAÚJO NETO – OAB/GO 33.803, ANDRESSA SOCORRO SILVA TENÓRIO, devidamente inscrita na OAB/GO nº 39.997 todos com endereço profissional na Rua 102, nº. 87, Setor Sul, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás – CEP 74.083-250. Os poderes que me foram conferidos para plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Goiânia/GO, 6 de março de 2017.

EDYEN VALENTE CALEPIS  
OAB/GO 28.442-A

Campo Grande/MS  
XV de Novembro, 2.029 | CEP 79020-300 - 67 3389.0123 | Fax: 67 3321.0468  
Cuiabá/MT  
Manoel Leopoldino, 358 | CEP 78005-550 - 65 3648.0123 | Fax: 65 3648.0143  
Palmas/TO  
Teotônio Segurado, 501 Sul | Conj 1 Lote 6 | Amazônia Center, Sala 801  
CEP 77016-002 | 63 3214.1866 | Fax: 63 3214.2616

Três Lagoas/MS  
Dr. Eloy Chaves, 690 | Sala 1 | CEP 79602-000 - 67 3522.4904 | Fax: 67 3521.5895  
Goiânia/GO  
102, nº 87 | Setor Sul | CEP 74083-250 - 62 3257.5500 | Fax: 62 3257.5501  
Brasília/DF  
SRTVS Quadra 701Bloco A | Sala 411 | Centro Empresarial Brasília  
CEP 70340-907 | 61 3037.6565 - 9906.9102

www.ernestoborges.com.br

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10403565567699605, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032571500000178454078

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032571500000178454078>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001                    AGÊNCIA: 1769-8                    CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/07/2015  
NUMERO DO DOCUMENTO:  
VALOR TOTAL: 2.531,25

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: TACIANA DA SILVA SOUZA  
  
BANCO: 004  
AGÊNCIA: 00130  
CONTA: 000000026594-2

Nr. da Autenticação B269DF4350C91FEB

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10433569567699609, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032571500000178454078  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032571500000178454078>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **TACIANA DA SILVA SOUZA** Sinistro: **3150202894** Data: **21/10/2014**  
Endereço do(a) Examinado(a): **rua francisco achateubriand, 205 - centro - Timbaúba - PE - CEP 55870-000**  
Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [ **SDS /PE** ] **8706503**  
Data local do exame: [ **20/05/2015** ] **Recife** [ **PE** ]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)  
**FRATURA EXPOSTA DO TORNOZELO DIREITO. AO EXAME TORNOZELO DIREITO EDEMACIADO E COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO.**

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [ **X** ] Sim [ ] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(\*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [ **X** ] Sim [ ] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(\*\*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.  
**TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS**

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [ **X** ] Sim [ ] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

**LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO TORNOZELO DIREITO**

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opção no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_ dias

( ) "Exame não permite conclusão"  
Vide motivo do impedimento no campo das observações

( ) "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):  
**TORNOZELO DIREITO**  
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( **X** ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):  
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):  
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):  
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (\*).

( ) Total = "100% da IS"

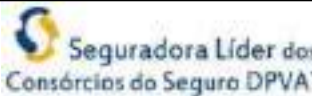
V. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Paulo Sérgio Muniz - CRM: 5530 - PE

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10423564567699604, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032571500000178454078  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032571500000178454078>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:25

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:26

DADOS DO SINISTRO

Número: 3150202894      Cidade: Timbaúba      Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: TACIANA DA SILVA SOUZA      Data do acidente: 21/10/2014      Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA EXPOSTA DO TORNOZELO DIREITO.  
**Descrição do exame médico pericial:** AO EXAME TORNOZELO DIREITO EDEMACIADO E COM LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO.  
**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACA E PARAFUSOS.  
**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO TORNOZELO DIREITO.  
**Sequelas:** Com sequela  
**Data da perícia:** 20/05/2015  
**Conduta mantida:**  
**Observações:**  
**Médico examinador:** Paulo Srgio Muniz  
**CRM do médico:** 5530  
**UF do CRM do médico:** PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

PRESTADOR

ACE Gestão de Saúde Ltda.  
**Médico revisor:** OTELO CORRÊA DOS SANTOS FILHO  
**CRM do médico:** 52.18145-0  
**UF do CRM do médico:** RJ  
**Assinatura do médico:**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10453568567699608, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÓRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o número 186.088.769-49, portador da cédula de identidade RG 2.237.060, expedido pela SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 990.536.407-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ERNESTO BORGES NETO**, brasileiro, casado, OAB/MS nº 6651-B, **RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA**, brasileiro, casado, OAB/MS nº 5871 e **EDYEN VALENTE CALEPIS**, brasileiro, solteiro, OAB/MS nº 8.767, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ERNESTO BORGES ADVOGADOS S/S**, inscrita na OAB/MS sob nº de ordem 051/96, com escritório situado na Rua XV de Novembro, 2029 – Jardim Aclimação, na Cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, CEP: TEL: (67) 3389-023, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure,

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.  
JOSE SMAR ALVES TORRES – DIRETOR PRESIDENTE

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.  
HELIO BITTON RODRIGUES – DIRETOR JURÍDICO

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Pinto Oliveira  
Rua do Carmo, 81 - Centro - Rio de Janeiro RJ - Tel: 2167-1000

089674  
40375883

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e  
JOSE SMAR ALVES TORRES (XXXXXX-XXXXXX)  
Rio de Janeiro, 18 de abril de 2017. Cont. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia  
Total: 10.000  
BRUNO RODRIGO BELEM GASPAR - Aut.  
EDM-92750 RPN, EDM-92750 DDT  
Consulte em <https://www.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DE OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Pinto Oliveira  
Rua do Carmo, 81 - Centro - Rio de Janeiro RJ - Tel: 2167-1000

089674  
40375883

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e  
JOSE SMAR ALVES TORRES (XXXXXX-XXXXXX)  
Rio de Janeiro, 18 de abril de 2017. Cont. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia  
Total: 10.000  
BRUNO RODRIGO BELEM GASPAR - Aut.  
EDM-92750 RPN, EDM-92750 DDT  
Consulte em <https://www.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DE OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

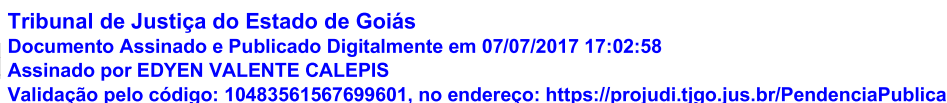
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



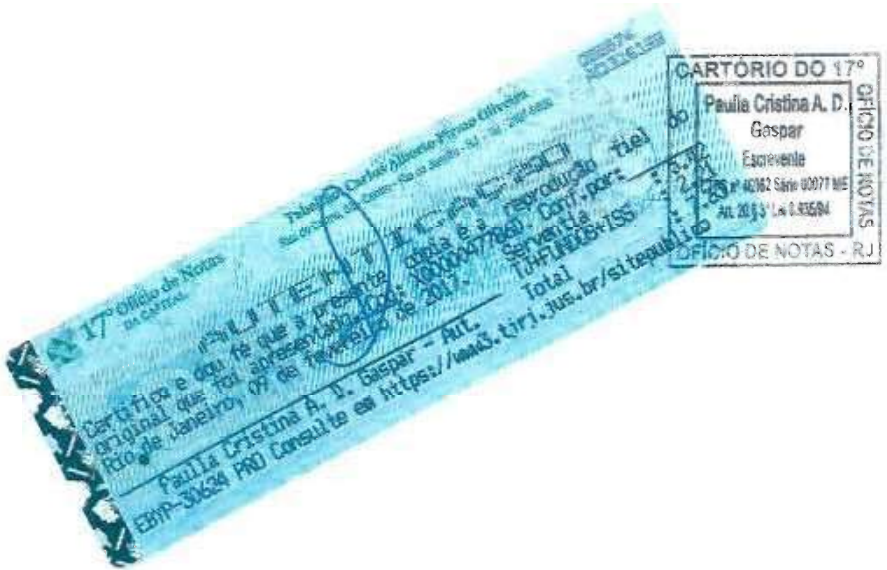
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 7955FAD142DF127020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C  
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



Num. 182929584 - Pág. 4





**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



5612581

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2016, às 9 horas, no Hotel Copacabana Palace, Av. Atlântica, 1702 – Sala Vermelha – 1º andar, Copacabana, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.021-001.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 08 de dezembro de 2016.

**3. PRESENÇA:** Presentes os Conselheiros Titulares Jabis de Mendonça Alexandre, Ivan Luiz Gontijo Junior, Roberto Barroso, Rosana Techima Salsano, João Gilberto Possiede, Marcelo Goldman, Jorge de Souza Andrade, Glaucia A. D. de Faria Smithson, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Adriano Fernandes, Mucio N. de Albuquerque Cavalcanti, Francisco Alves de Souza e Nicolás Jesús di Salvo. Presente, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da ausência do respectivo Conselheiro titular, atendeu à reunião com direito a voto nas matérias da Ordem do Dia. Ademais, presentes, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo Augusto Freitas de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Carlos Cardoso Botelho e Jorge Carvalho, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

**4. ORDEM DO DIA:** (i) apresentação do processo de Consulta Prévia do Diretor Presidente e do Diretor sem designação específica; (ii) eleição dos novos Diretores; e (iii) assuntos gerais de interesse da Companhia.

**5. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, no item (i) da Ordem do Dia, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jabis Alexandre, cientificou os Conselheiros acerca do deferimento, pela Superintendência de Seguros Privados, dos processos de Consulta Prévia, que teve a finalidade de aprovar a nomeação dos Srs. José Ísmar Alves Tôrres e Hélio Bitton Rodrigues para ocuparem, respectivamente, os cargos de Diretor Presidente e de Diretor sem designação específica. Em decorrência da aprovação supracitada, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 1 de 3

Bernardo F. S. Bervanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C  
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032598700000178454079

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



5612582

unanimidade dos presentes: (a) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2237060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Avenida Rainha Elisabeth da Bélgica, nº 758, apto 701, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 0739050-3, expedido pelo IFF-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em decorrência do (i) da Ordem do Dia, no item (ii), assuntos gerais de interesse da Companhia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos presentes, retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) **Marcus Vinícius Cataldo de Felipe**: (a.1) diretor responsável administrativo-financeiro; e (a.2) diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) **Helio Bitton Rodrigues**: (b.1) diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12); (b.2) diretor responsável pelos controles internos; e (b.3) diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção, contra fraudes; (c) **Cláudio Mendes Ladeira**: (c.1) diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15); e (c.2) diretor responsável pelas relações com a SUSEP. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia.

**6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**7. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Jábis de Mendonça Alexandre – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior – Conselheiro (ass.), Roberto Barroso – Conselheiro (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), João Gilberto Possiede – Conselheiro (ass.), Marcelo Goldman – Conselheiro (ass.), Jorge de Souza Andrade – Conselheiro (ass.), Glaucia A. D. de Faria Smithson – Conselheiro (ass.), Bernardo Dieckmann – Conselheiro (ass.), Celso Damadi – Conselheiro (ass.), Adriano Fernandes – Conselheiro (ass.), Mucio N. de Albuquerque.

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 2 de 3

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C  
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37

Número do documento: 24092017032598700000178454079

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26





Cavalcanti – Conselheiro (ass.), Francisco Alves de Souza – Conselheiro (ass.), Nicolás Jesús di Salvo – Conselheiro (ass.) e Paulo de Oliveira Medeiros – Conselheiro (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2016

Jabis de Mendonça Alexandre  
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 3 de 3

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C  
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:37  
Número do documento: 24092017032598700000178454079  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032598700000178454079>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26





Nº 19, quinto-letra, 26 de janeiro de 2017

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

29

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 14 DE JANEIRO DE 2017

Instituição no Registro de Ajudantes de Despesas Aduaneiras.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Inclui(a) no Registro de Ajudantes de Despesas Aduaneiras a(s) seguinte(s) pessoa(s):

NOME	CPF	PROCESSO
MARISTELA ADARECUBA ORALSKI	989.281.620-92	11065.7390.52016-87

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

LEIAN LUIZA TRAPP

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.783, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Univas para o mercado de seguros.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regulamento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 338, de 09 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Univas para o mercado de seguros.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por representantes de cada um dos seguintes órgãos/entidades:

I - Superintendência de Seguros Privados - Susep; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento de Conduta - COGOM; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta - COCOF; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta 2 - COCOF2; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta 3 - COCOF3; e Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Análise e Práticas de Mercado - COAPM.

II - Federação Nacional de Seguros Gerais - Fensig.

III - Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - Fenacor.

IV - Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fensar.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo dos representantes da Susep, que se reportarão à Diretoria de Supervisão de Conduta - DICON e ao Superintendente.

Art. 4º A Comissão Especial poderá criar subcomissões técnicas para tratar de assuntos específicos, quando julgar conveniente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.784, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Capitalização.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regulamento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 338, de 09 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Capitalização.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por representantes de cada um dos seguintes órgãos/entidades:

I - Superintendência de Seguros Privados - Susep; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento de Conduta - COGOM; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta - COCOF; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta 2 - COCOF2; Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta 3 - COCOF3; e Coordenador(a)-Geral da Coordenação-Geral de Análise e Práticas de Mercado - COAPM.

II - Federação Nacional de Capitalização - Fencap.

III - Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - Fenacor.

IV - Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fensar.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo dos representantes da Susep, que se reportarão à Diretoria de Supervisão de Conduta - DICON e ao Superintendente.

Art. 4º A Comissão Especial poderá criar subcomissões técnicas para tratar de assuntos específicos, quando julgar conveniente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 201, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições delegadas pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1965 e o que consta dos processos Susep 15414.611.577/2016-22 e 15414.610.846/2017-18, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ nº 01.198.104/0001-66, com sede na cidade de São Paulo - SP, as assembleias gerais extraordinárias realizadas em 1º de novembro de 2016:

I - Destruição de patrimônio;

II - Aumento do capital social em R\$ 143.624.500,00, elevando para R\$ 1.643.624.500,00, dividido em 504.099.422 ações ordinárias nominativas sem valor nominal; e

III - Alteração dos arts. 5º e 7º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 202, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1965 e o que consta dos processos Susep 15414.608.110/2016-61, 15414.605.589/2016-18, 15414.610.42/2016-51, 15414.612.143/2016-29, 15414.61.344/2016-57 e 15414.61.260/2016-84, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, suas reuniões do conselho de administração realizadas em 29 de setembro de 2016, 23 de novembro de 2016 e 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º Ter-se tem efeito a PORTARIA CGRAL nº 21, de 14 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 203, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1965 e o que consta dos processos Susep 15414.61.342/2016-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. (CNPJ nº 15.138.044/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado por suas assembleias na reunião do conselho de administração realizada em 29 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 204, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições delegadas pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1965 e o que consta dos processos SUSEP nº 15414.003.147/2015-71 e 15414.002.157/2016-90, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2016, Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9/5/2016 e realizada em 18/6/2016 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de dezembro de 2016:

1. Alteração do Estatuto Social;

II Novo Quadro da Diretoria;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 205, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições delegadas pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1965 e o que consta dos processos Susep 15414.61.142/2016-62, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MONGERAL ARGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

CARLOS DE PAULA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tjgo.br/portal/tribunaltjgo>, pelo código 00012017012600099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017

CERTIFICAÇÃO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 7955FAD142DF12107020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C

Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger

Secretário Geral

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032629000000178454080

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032629000000178454080>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032629000000178454080  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032629000000178454080>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

“SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.


Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º– A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58

Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS

Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



**ARTIGO 8º**– A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**

**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**

**Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**







4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

**CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032629000000178454080  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032629000000178454080>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



4996510

convocada.

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** – As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



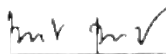
Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032629000000178454080  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032629000000178454080>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26




4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**  
**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**  
**Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032652600000178454081  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032652600000178454081>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

**CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo Único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

**CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58**  
**Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS**  
**Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032652600000178454081  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032652600000178454081>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032652600000178454081  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032652600000178454081>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

**CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032652600000178454081  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032652600000178454081>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

**CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

**CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032652600000178454081  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032652600000178454081>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26

de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS



4996516

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2017 17:02:58  
Assinado por EDYEN VALENTE CALEPIS  
Validação pelo código: 10483561567699601, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032675400000178454083  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032675400000178454083>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26

Autos Conclusos

1. A movimentação: ( Autos Conclusos - P/ DESPACHO ) do dia 18/07/2017 14:46:35 não possui "Arquivos".







Estado de Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de GOIÂNIA  
Goiânia - 2ª Vara Cível - I

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:26

Protocolo n. 5257379.49

**DESPACHO**

Tendo em vista que a parte requerida, embora não tenha sido formalmente citada, compareceu aos autos, juntando sua peça de defesa no evento n. 08, intime(m)-se o(s) requerido(s) para comparecer(em) em audiência de conciliação ou mediação (a ser designada pela Escrivania deste juízo), que ocorrerá no 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC-DPVAT), no Fórum Desembargador Fenelom Teodoro Reis, localizado na Rua 72, Qd. C 15/19, sala 02, térreo, Jardim Goiás, Goiânia ? GO, ficando desde já ciente(s) de que o prazo para apresentar defesa (15 dias), caso não haja acordo, começará a fluir a partir da data da referida audiência (art. 335, I, do CPC/2015).

Na oportunidade, a parte autora será submetida à perícia médica, razão por que deverá comparecer com antecedência de 20 minutos.

Intime-se a parte autora através de seu(a) advogado(a) constituído nos autos (art. 334, §3º, do CPC/2015).

Ficam as partes advertidas de que a ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo cabível aplicação de multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8º, do CPC).

Ressalto, ainda, que as partes poderão constituir representantes por meio procuração com poderes específicos (art. 334, §10º, do CPC).

Deverá a parte requerida, se for o caso, manifestar seu desinteresse na realização da autocomposição com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da audiência (art. 334, §5º, do CPC).

Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita.


Cumpra-se.

Goiânia, 27 de setembro de 2017.

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 29/09/2017 20:54:30  
Assinado por DIORAN JACOBINA RODRIGUES  
Validação pelo código: 10433569510589774, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Dioran Jacobina Rodrigues  
Juiz de Direito

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 29/09/2017 20:54:30  
Assinado por DIORAN JACOBINA RODRIGUES  
Validação pelo código: 10433569510589774, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032675400000178454083  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032675400000178454083>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



Processo Enviado Para Conciliação Cejusc Dpvat

1. A movimentação: ( Processo Enviado Para Conciliação Cejusc Dpvat - (Agendada para 24/01/2018 15:20:00) ) do dia 02/10/2017 15:40:28 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO CEJUSC DPVAT MARCADA) ) do dia 02/10/2017 15:40:28 não possui "Arquivos".





Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de GOIÂNIA  
Goiânia - 2ª Vara Cível

Fórum Cível - Avenida Olinda, esquina com Rua PL-03, Qd. G, Lt. 04, Park Lozandes, Cep: 74.884-120, Goiânia-GO

CARTA DE CITAÇÃO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Processo nº5018565.49.2017.8.09.0051

REQUERENTE: TACIANA DA SILVA SOUZA

CPF/CNPJ: 099.441.814-04

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

ENDEREÇO: Rua Senador Dantas Nº: 74 COMPLEMENTO: 5º ANDAR

BAIRRO: CENTRO CEP: 20031205 CIDADE: RIO DE JANEIRO ESTADO: Rio de Janeiro

Tipo de Ação: Procedimento Comum Valor da Causa: 10.968,75

Juízo: Goiânia - 2ª Vara Cível - I - Dioran Jacobina Rodrigues

Audiência Designada: Audiência de Conciliação designada para o dia 24/01/2018, às 15:20:00

O(A) MM(a). Juiz(a) de Direito Dr.(a) JUIZ 1 da 2ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

**Determinação:** CITÁ-LO para que tome conhecimento da presente ação e compareça à audiência de conciliação designada para o dia 24/01/2018, às 15:20:00, que ocorrerá no 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC-DPVAT), no Fórum Desembargador Fenelom Teodoro Reis, localizado na Rua 72, Qd. C 15/19, sala 02, térreo, Jardim Goiás, Goiânia, ficando desde já ciente(s) de que o prazo para apresentar defesa (15 dias), caso não haja acordo, começará a fluir a partir da data da referida audiência (art. 335, I, do CPC/2015).

**Despacho:** Segue em anexo código de acesso para o processo digital.

Goiânia, 3 de outubro de 2017.

Luiz Otávio Soares - Escrivão

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 03/10/2017 15:40:17  
Assinado por LUIZ OTAVIO SOARES  
Validação pelo código: 10403561510438517, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032675400000178454083  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032675400000178454083>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26

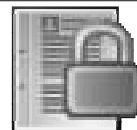
ASSINADO ELETRONICAMENTE

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:26

Este é o código de acesso do processo número 5018565.49.2017.8.09.0051 para a parte SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. O código é único e intransferível ficando a parte responsável por sua guarda, visto que este dá acesso ao inteiro teor das peças processuais.

Para realizar o acesso ao processo siga os seguintes passos:

- 1) entre no site <https://projudi.tjgo.jus.br>;
- 2) no canto superior direito da tela, clique na lupa;
- 3) clique na terceira opção: "Processo por Código";
- 4) na tela que se abre, informe o número do processo até o dígito verificador e o código de acesso `djax3@fb*5mnzt4c*` .

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 03/10/2017 15:40:17**  
**Assinado por LUIZ OTAVIO SOARES**  
**Validação pelo código: 10403561510438517, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032675400000178454083  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032675400000178454083>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26



**CERTIDÃO**

Certifico que, na presente data efetuei a remessa da carta de citação/intimação ao serviço de postagem do fórum.

GOIÂNIA, 4 de outubro de 2017.

Deyse Taynara Carneiro da Silva

p/ ESCRIVÃO



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 04/10/2017 16:45:42  
Assinado por DEYSE TAYNARA CARNEIRO DA SILVA  
Validação pelo código: 10453566510980535, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032675400000178454083  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032675400000178454083>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:26

AVISO DE RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

134997115 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAMENTO

05 OUT 2017

30/10/2017

ENDERECO PARA DEVOLUCAO  
R1 FOUR

AR/MP

BRASIL  
BRASIL

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 30/10/2017 10:46:34  
Assinado por DEYSE TAYNARA CARNEIRO DA SILVA  
Validação pelo código: 10423563517442919, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>









Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
1º Centro de Solução de Conflitos e  
Cidadania, Audiências Concentradas de  
Seguros DPVAT, Comarca de Goiânia-GO.  
Dias 22 a 27 de Janeiro de 2018.

Dr. Danilo da Silva Nogueira  
Médico Perito  
CRM-GO 5762

Protocolo / nº Processo:  
5018565.49  
Médico Legista Perito.

**LAUDO MÉDICO PERICIAL**

Nome Completo: TACIANA DA SILVA SOUZA

CPF: 099.441.814-04

Local do Acidente (B.O.):

*Timbeto - PE*

Data do Acidente:

*21/10/2014*

**Avaliação do Médico Perito Legista**

1 – Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a – ☒ Sim      b – ( ) Não      **Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.**

2 – Descrever o quadro clínico atual informando:

A – Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

*fratura exposta de*  
*perno pé direito*

3 – Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? a – ( ) Sim      b – ☒ Não      Se SIM, descreva:

4 – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a – ( ) Disfunções apenas temporárias      **(Neste caso não prosseguir).**

b – ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

5 – Há necessidade de exame complementar? A – ☒ Não

B – ( ) Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_ **(Neste caso não prosseguir).**

6 – Qualifique a(s) graduação(ões) do(s) dano(s) anatômico(s) ou funcional(is) definitivo(s) em relação ao(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s):

a ( ) - **TOTAL** (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b ☒ - **PARCIAL** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 30/01/2018 14:28:31

Assinado por ERIKA RIOS LOPES

Validação pelo código: 10443569552688452, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032698200000178454084

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032698200000178454084>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27

**PARCIAL COMPLETO** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento da vítima).  
**PARCIAL INCOMPLETO** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).  
Em caso de lesão(ões) parcial(is) descreva:

Lesão: Furto

( ) PARCIAL COMPLETO  
(X) PARCIAL INCOMPLETO  
( ) Residual(10%) ( ) Leve(25%) ( ) Moderada(50%) (X) Grave (75%)

Lesão: \_\_\_\_\_

( ) PARCIAL COMPLETO  
( ) PARCIAL INCOMPLETO  
( ) Residual (10%) ( ) Leve(25%) ( ) Moderada(50%) ( ) Grave (75%)  
Lesão: \_\_\_\_\_

( ) PARCIAL COMPLETO  
( ) PARCIAL INCOMPLETO  
( ) Residual(10%) ( ) Leve(25%) ( ) Moderada(50%) ( ) Grave (75%)  
Lesão: \_\_\_\_\_

( ) PARCIAL COMPLETO  
( ) PARCIAL INCOMPLETO  
( ) Residual(10%) ( ) Leve(25%) ( ) Moderada(50%) ( ) Grave (75%)  
Informações complementares (caso não seja utilizado – favor inutilizá-lo)

Dr. Dairo do Espírito Santo  
Médico Perito  
CRM-GO 5762

Médico(a) Perito(a) Oficial

Dr. João Henrique Alves da Costa  
CRM-GO 19.005/1004/10 3611  
Médico F. de Res. Jurídicas Ltda.

Médico Assistente Reclamante

Médico Assistente Reclamado



**PARECER MÉDICO  
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**Informações da Vítima**

Nome completo: Teciano de Filho Souza  
CPF: 099.441.814-04  
Endereço completo: Quilômetro - GO.

**Informações do acidente**

Local: Tombinho - PE  
Data do Acidente: 21/10/2014

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

fratura do fêmur direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura exposta do fêmur (D), tratada cirurgicamente, fratura consolidada.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Limitação intensa do fêmur (D)

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 30/01/2018 14:28:31

Assinado por ERIKA RIOS LOPES

Validação pelo código: 10443569552688452, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032698200000178454084

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032698200000178454084>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27




Segmento corporal acometido

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2  **Parcial Incompleto** (Danos anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Marque aqui o percentual

1ª Lesão tomografia direita ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

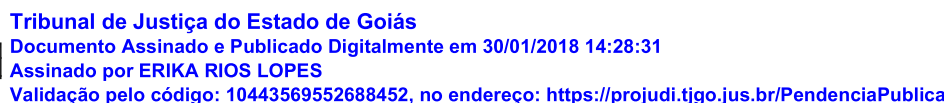
4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

---

---

---

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*-\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032698200000178454084  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032698200000178454084>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27

JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:


Local e data da realização do exame médico:

Goiânia - 24/01/2018

Assinatura do Assistente Técnico – CRM

Dr. Insperê Que Alves da Costa  
CRM: GO 10.395/6AM-RS-0611  
Médico Assistente Técnico (MAT)





NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS  
1º CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

## CERTIDÃO

Certifico e dou fê que o(a) médico(a) Dr.(a) Dalvo da Silva Nascimento Júnior CRM: 5.762 foi designado(a) para atuar como perito(a) nestes autos através da Portaria nº 50/2018 (designado(a) para Comarca de Goiânia, nos dias 22 a 26 de Janeiro de 2018, que se encontra arquivada em pasta própria do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Certifico ainda que após a realização da perícia o referido profissional receberá a quantia pertinente aos honorários periciais através de alvará de levantamento, que será assinado pela Juiz de Direito Coordenador deste Centro.

Certifico, por fim, que os honorários periciais (no valor de R\$ 200,00 duzentos reais), serão arcados pela parte requerida.

Dou fê.

Goiânia, 29 de Janeiro 2018

  
Erika Rios Lopes

Coordenadora do 1º CJSCC-DPVAT.

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 30/01/2018 14:28:31

Assinado por ERIKA RIOS LOPES

Validação pelo código: 10443569552688452, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032698200000178454084

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032698200000178454084>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27





Comarca de Goiânia – Goiás.  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Processo: 5018565.49  
Natureza: Cobrança  
Requerente: TACIANA DA SILVA SOUZA  
Requerido(a): SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A  
Advogado(a) do(a) Requerente: JULIANE KELLY DOS SANTOS FERREIRA OAB/GO: 38817  
Advogado(a) da Requerida: JOÃO BOSCO DE PAULA BRANDÃO OAB/GO: 34345

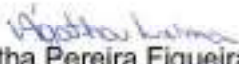
Data: 24/01/2018                      Horário: 15:20 horas                      Banca: 04

Aberta a audiência, verificou-se a presença das partes, acompanhadas de seus respectivos advogados.


Após a realização da perícia, restou frustrada a conciliação, uma vez que a requerida não ofereceu proposta em razão da quitação na via administrativa.

As partes requerem o prazo de 15 dias para manifestarem sobre o laudo pericial.

Nada mais, encerra-se o presente termo, que foi assinado pelos presentes.

  
Ágatha Pereira Figueira Lima  
Conciliadora

Requerente: 

Advogados: 

  
João Bosco de Paula Brandão  
Advogado  
OAB/GO 34.345

Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. Contestação Apresentada - 07/07/2017 17:02:58) ) do dia 30/01/2018 16:36:25 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. Audiência Realizada Sem Acordo - 30/01/2018 14:28:31) ) do dia 30/01/2018 16:37:24 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (Referente à Mov. Audiência Realizada Sem Acordo - 30/01/2018 14:28:31) ) do dia 30/01/2018 16:37:24 não possui "Arquivos".





**PROVIMENTO 05/10**

Intime-se a parte autora, para que, caso queira, manifeste acerca da contestação apresentada no evento nº 08, no prazo de quinze (15) dias.

Intimem-se as partes para, em 05 (cinco) dias, manifestarem acerca do laudo acostado no evento nº 16.

GOIÂNIA, 23 de fevereiro de 2018

Renata Regina de Medeiros

P/ ESCRIVÃO

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

**Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 23/02/2018 13:45:47**

**Assinado por RENATA REGINA DE MEDEIROS**

**Validação pelo código: 10433569555906302, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>**



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. Certidão Expedida - ) ) do dia 23/02/2018 13:45:47 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (Referente à Mov. Certidão Expedida - ) ) do dia 23/02/2018 13:45:49 não possui "Arquivos".







**Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) Juiz de Direito do  
2º Vara Cível da Comarca de Goiânia - Goiás.**

Processo nº: **5018565.49.2017.8.09.0051**  
Natureza: **INDENIZAÇÃO**  
Requerente: **TACIANA DA SILVA SOUZA**  
Requerida: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**



**TACIANA DA SILVA SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem a digna presença de Vossa Excelência, através de seus procuradores que a esta subscrevem, com atendimento profissional no endereço abaixo impresso, apresentar-lhe sua **IMPUGNAÇÃO, à CONTESTAÇÃO apresentada pelo Requerido MB ENGENHARIA SPE S.A.**, fazendo-o com suporte nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir alinhados:

Registre-se, inicialmente, que o seguro obrigatório é marcado pelo caráter social-assistencial, voltado inclusive ao amparo das famílias que venham sofrer perdas de membros que contribuem para o sustento de prole, caracterizando a socialização do risco, logo, por via de consequência, não se aplicam in casu as normas atinentes aos seguros de ordem privada.

A lei em questão a 6.194/74, em seu art. 7º. dispõe que a indenização pôr pessoa vitimada pôr acidente de trânsito, mesmo que o seguro não tenha sido realizado ou esteja vencido, será paga pôr um consórcio constituído pelas sociedades seguradoras que operam nesta área - é aqui que se legitima a postulação em face da requerida, pois a mesma participa do consórcio criado pela referida lei especial.

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032724400000178454085  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27



**PRELIMINARMENTE – CARÊNCIA DE AÇÃO – FALTA DE INTERESSE  
DE AGIR EM REZÃO DE PAGAMENTO DA COBERTURA EM SEDE  
ADMINISTRATIVA**

Em sua tese de defesa a requerida alega que a presente demanda não deve prosperar, pois a Autora receber o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um Reais e vinte e cinco centavos) a título de indenização.

No entanto nobre julgador, quando da realização do pagamento a lesão da Requerente não estava consolidada, o que consequentemente não daria para quantificar de fato qual seria o grau da lesão.

Razão pela qual a Requerente ingressou com o presente pedido para que o real grau da lesão fosse identificado.

**DA QUITAÇÃO TOTAL E SEM RESSALVAS**

Alega a requerida que no presente caso já houve pagamento realizado administrativamente, sendo assim o requerente não faz jus a indenização pleiteada.

Referida argumentação não prospera, pois a Lei 6.194/74 é cristalina quanto ao valor da indenização de até 13.500,00 (treze mil e quinhentos), portanto, não exime a requerida de completar o valor da Indenização devida.

Esta mais que demonstrado que a Requerida não quitou a Indenização devida e neste caso deve ser condenada a pagar a diferença já demonstrada.

Por fim, caso o valor pago correspondesse ao que é estabelecido em lei, não estaria o Requerente pleiteando a diferença judicialmente. Com efeito, o valor pago está bem abaixo do valor determinado em lei, devendo, portanto, a requerida pagar a diferença.

O requerente apresenta sequelas graves, com redução de capacidade funcional do membro afetado, no entanto foi pago um valor ínfimo.

Que a perícia realizada pela seguradora, em sede de requerimento administrativo, é unilateral, analisando apenas documentos médicos, ressaltando que não examina o paciente/requerente, portanto resta impugnada.

Esta mais que demonstrado, através da documentação acostada aos autos, que a Requerida não quitou a Indenização devida e neste caso deve ser condenada a pagar a diferença a ser constatada em perícia que futuramente será determinada por este juízo.

Registre-se que o pagamento parcial da indenização pela via administrativa é fato pode ser controverso e diversamente do que alegado pela seguradora.

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>





Caso haja pagamento, e este em valor ínfimo não importa em renúncia ao direito de indenização, tampouco em ato jurídico perfeito e acabado, possibilitando, portanto, ulterior pedido de complementação pela via judicial, após a emissão do recibo de "quitação", na medida em que tal documento apenas se refere ao valor nele constante. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes arestos do colendo STJ e desta Turma Cível do TJDF, verbis:

"CIVIL E PROCESSUAL. DPVAT. ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM A SEGURADORA. QUITAÇÃO. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. DEVER LEGAL. VALOR ESTABELECIDO EX VI LEGIS. NORMA COGENTE. DANO MORAL. DESCABIMENTO. I. Assentou a jurisprudência das Turmas componentes da 2ª Seção do STJ, que o acordo de recebimento parcial da indenização do seguro DPVAT por morte da vítima, não inibe a cobrança da diferença até o montante estabelecido em lei, por constituir norma cogente de proteção conferida pelo Estado.III. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010). "CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. LEI 11.482/2007. NÃO APLICAÇÃO. SINISTRO OCORRIDO EM DATA ANTERIOR À NORMA. INCIDÊNCIA DA LEI 6.194/74. CORREÇÃO MONETÁRIA.(...)2. Em matéria de seguro obrigatório (DPVAT), o recibo de quitação dado pelo beneficiário não importa renúncia ao direito à indenização, cuja complementação pode ser cobrada judicialmente depois da emissão daquele documento.(...)6. Recurso não provido. (20070111047906APC, Relator CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, julgado em 19/08/2010, DJ-e de 02/09/2010, p. 92).

Portanto sem razão a requerida.

INÉPCIA DA INICIAL POR AUSENCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Pois bem, o requerente cumpriu com as exigências do artigo 282 do CPC, bem como as exigências do art. 333, I do CPC, trazendo aos autos as provas necessárias para demonstrar sua pretensão, uma vez que, comprovou o fato constitutivo de seu direito.

Ademais, vejamos o entendimento pacífico do nosso Tribunal de Justiça:

EMENTA: "AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. APLICAÇÃO DA LEI 6194/74. 'QUANTUM' DA VERBA FIXADA COM BASE EM SALÁRIO MÍNIMO. INCOMPÊTENCIA DO CNRP. ABRANGÊNCIA DA REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 6205/75 E 6423/77. COMPATIBILIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 7º DA CONSTITUICAO FEDERAL. I - Comprovada a invalidez do autor por relatório medido, prescindível a juntada de laudo do instituto medico legal. 2 - O valor a ser indenizado pelo seguro DPVAT deve obedecer aos

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032724400000178454085  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27



comandos do artigo 3º, da Lei n. 6194/74. 3 – Não compete ao Conselho de Seguros Privados - CNSP - dispor sobre o valor de tais indenizações, relativas às tarifas. 4 - A revogação das Leis nº 6205/75 e 6423/77 não atinge o presente caso, porque contida nos referidos diplomas legais cinge-se a utilização do mesmo a título de correção monetária. 5 - O inciso IV do artigo 7º preceitua a vedação de indexação comum do salário mínimo como meio de evitar-se a escalada inflacionaria, enquanto que a hipótese versada no artigo 3º da lei 6194/74 refere-se a mera utilização para fins de quantificação de quantia indenizatória. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA." (Apelação Cível nº 96506-6/188; Origem: 4ª Câmara Cível; Comarca: Goiânia; Relator: Des. Kisleu Dias Maciel Filho; Acórdão: 08/06/2006; Fonte: DJ 14790 de 04/07/2006; Apelante: Itaú Seguros S/A; Apelado: Pedro Candido Rodrigues).

O Requerente não se opõe a realização de pericia, desde que a requerida arque com os honorários do Sr. Perito.

DO LAUDO PERICIAL DE AVALIAÇÃO UNILATERAL –IMPUGNAÇÃO

A referida argumentação não merece prosperar, até porque há um acordo entre a seguradora e Tribunal de Justiça, que o Juiz indicaria o perito e a seguradora arcaria com as despesas da perícia.

E no presente caso, foi exatamente o que ocorreu, sendo assim não há razão para maiores delongas

DO VALOR INDENIZÁVEL - OBSERVÂNCIA À TABELA PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ - DA PROPORCIONALIDADE DA LESÃO - DA SUMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, já se posicionou no sentido de manter a aplicação da tabela.

O Seguro DPVAT passou por diversas transformações, Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, o Governo, de forma premeditada, acrescentou aleatoriamente e, em surdina, as alterações no valor e forma de pagamento do Seguro Obrigatório, inserindo a abusiva TABELA DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO elaborada pela CNSP.

Pois bem, como era de se esperar a MP 451/2008 foi convertida em lei, e legalizou a aplicação da tabela da CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados).

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19  
Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI  
Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032724400000178454085  
<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27





Agora, qualquer ser humano que sofrer um acidente seu corpo já esta mapeado assim como um boi que se vende no açougue, em pedaços, indenização imoral.

Inicialmente o Seguro Obrigatório seria um seguro social, com a finalidade de amparar as vítimas de acidente de trânsito e garantir uma indenização razoável a essas vítimas, porém perdeu todo o aspecto.

E mais, o seguro obrigatório tem sofrido elevados aumentos no bilhete, porém as indenizações vem sofrendo cortes significantes, em outras palavras, enriquecimento ilícito das seguradora operados do seguro DPVAT

Todos os anos somos obrigados a efetuar o pagamento do bilhete do DPVAT, uma vez que este é compulsório, não sendo possível pagar o IPVA do veículo de forma desvinculada.

DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

A percepção de honorários advocatícios é um direito assegurado a todo advogado pelo exercício de suas atividades profissionais. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906/94, prevê expressamente este direito, que tem natureza alimentar, e sem o qual o advogado não pode manter seu escritório em funcionamento e prover seu sustento e de sua família. É bom lembrar que o advogado é indispensável para o funcionamento da Justiça.

Os advogados se sustentam com os honorários e ainda mantêm os custos de suas atividades, para justa retribuição de seu trabalho e para o sustento próprio e da família. Daí porque têm natureza alimentar, e relevância para a subsistência da advocacia como profissão.

É bom lembrar que o processo não paralisa com a sentença o mesmo segue, em razão da persistência e resistência do réu sucumbente com interposição de infundáveis recursos, não pertinentes, que protelam a solução da lide.

Se no presente caso a requerida deixasse transitar em julgado a decisão, aí sim não haveria a protelação, e os ganhos seriam enormes para os beneficiários.

O art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, manda o juiz fixe entre 10% a 20% do valor da causa, de acordo com o trabalho despendido pelo advogado e complexidade da causa. De igual forma, agride também a Constituição Federal, cujo teor do art. 5º, inciso XIII garante o livre exercício de qualquer profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, como o caso dos advogados

Diante dos fatos, requerer a condenação dos honorários sucumbenciais em percentual de 20% sob o valor da causa, por ser de inteira justiça.

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032724400000178454085

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27



DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

A reclamada entende que no presente caso não incide juros de mora, porque não estaria em mora – nada mais absurdo, data vênia.

Peca-se por impropriedade o argumento, uma vez que se encontra em mora, desde o dia em que ocorrera o indigitado acidente, época em que a reclamante não recebera o valor do seguro que lhe é de direito.

Assim, impositivo, a condenação ao pagamento dos juros a partir daquele momento.

No pertinente a correção não há o que se falar, posto que é a atualização do capital.

Pela soma dos fundamentos fáticos e jurídicos alinhavados, impõe-se no caso em tela o não conhecimento das preliminares suscitadas, e, de outro, o acolhimento do petitório.

Requer ainda que a requerida seja condenada nos ônus processuais daí inerentes, ratificando in totum as manifestações anteriores, com a procedência do pedido exordial.

DOS PEDIDO

"Ex positis", pela soma dos fundamentos fáticos e jurídicos alinhavados, impõe-se no caso em tela o não acolhimento das alegações da Ré e, de outro, a procedência total dos pedidos iniciais, com a condenação da Requerida nos ônus processuais daí inerentes, ratificando in totum as manifestações anteriores, por ser esta decisão que representa a verdadeira e justa aplicação do direito!

Nestes Termos, **confiante na grande experiência, cultura e senso de justiça deste (a) Magistrado (a),**

Pede e Aguarda Deferimento.

Goiânia (GO), 10 de Março de 2018.

(Assinado eletronicamente)  
**JULIANE KELLY S. FERREIRA**  
**OAB/GO 38.817**

(Assinado eletronicamente)  
**GUSTAVO PINHEIRO DAVI**  
**OAB/GO 44.566**

R. 101, Nº 387, Sala 404, Ed. Columbia Center - St. Sul, Goiânia – Goiás, CEP: 74080-150.  
Fone: (62) 3434-4090 / (62) 99856-4759, E-mail: julianeferreiraadv@gmail.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 15:52:19

Assinado por GUSTAVO PINHEIRO DAVI

Validação pelo código: 10473569554214849, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>

Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38

Número do documento: 24092017032724400000178454085

<https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27





**PROVIMENTO 05/10**

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27

Intimem-se as partes a especificarem, em 05(cinco) dias, as provas que pretendem produzir.

GOIÂNIA, 13 de março de 2018

Deborah Ribeiro de Oliveira Borba

p/ ESCRIVÃO



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 13/03/2018 17:11:46  
Assinado por DEBORAH RIBEIRO DE OLIVEIRA BORBA  
Validação pelo código: 10473566554247981, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032724400000178454085  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032724400000178454085>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27

Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. Certidão Expedida - ) ) do dia 13/03/2018 17:11:46 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (Referente à Mov. Certidão Expedida - ) ) do dia 13/03/2018 17:11:46 não possui "Arquivos".





CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, intimadas, as partes não se manifestaram até a presente data.

Goiânia, 23 de março de 2018

Vinicius Garcia Batista

P/ ESCRIVÃO

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 23/03/2018 16:10:17  
Assinado por VINICIUS GARCIA BATISTA  
Validação pelo código: 10443567557292296, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032755100000178454086  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032755100000178454086>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27

Autos Conclusos

1. A movimentação: ( Autos Conclusos - P/ DESPACHO ) do dia 23/03/2018 16:10:17 não possui "Arquivos".





Estado de Estado de Goiás  
Poder Judiciário  
Comarca de GOIÂNIA  
Goiânia - 2ª Vara Cível - I

Autos nº 5018565.49.2017.8.09.0051

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de cobrança de seguro (DPVAT) proposta por **TACIANA DA SILVA SOUZA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, partes devidamente qualificadas nos autos.

Alega a parte autora que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 21/102014, ocasião em que sofreu lesões de natureza permanente no membro inferior, que a levou a perder a capacidade física para exercer suas atividades habituais, conforme documentos que instruem a inicial.

Afirma que teria direito a indenização no valor de R\$ R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), acrescidos de juros de mora e correção monetária, razão por que requer o pagamento do Seguro Obrigatório de Invalidez Permanente, juntando documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação (evento 8), alegando a carência de ação posto que a parte autora outorgou ampla e total quitação administrativa sobre o sinistro noticiado na exordial. Acrescenta, ainda, que inexistente prova do nexo causal entre o acidente ocorrido e as lesões descritas pela parte autora, sendo os documentos apresentados insuficientes para comprovação da invalidez.

No mais, após discorrer sobre a necessidade da produção de prova pericial para apurar a existência e extensão do dano, requer que eventual condenação se limite aos valores previstos na Lei nº 11.945/2009.

Ao final, pugna pela total improcedência dos pedidos da parte requerente. Juntou documentos.

Em audiência, restou infrutífera a tentativa de conciliação. O laudo pericial elaborado naquela ocasião foi juntado no evento 16.

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27



**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 29/06/2018 03:00:45  
Assinado por DIORAN JACOBINA RODRIGUES  
Validação pelo código: 10403560585955353, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>





Réplica apresentada no evento 23.

É o breve relato.

Decido.

Pretende a parte autora, com fulcro no artigo 3º, alínea ?b? da Lei nº 6.194/74, o recebimento da indenização relativa ao Seguro DPVAT, em seu grau máximo, alegando que, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 21/10/2014, fora vítima de invalidez parcial permanente.

Pois bem.

Em que pese toda a matéria trazida em sede de contestação, o que se verifica, *in casu*, é que, sobretudo após a realização da prova pericial, foi verificada a existência da incapacidade laborativa parcial permanente da parte autora.

Resta, assim, evidenciada a presença dos requisitos apregoados pela legislação específica. No que tange à quantificação da indenização, verifica-se que não cabe mais discussão acerca da utilização ou não das Tabelas da SUSEP para este fim, sobretudo após a edição da Súmula 544 do STJ, que validou a sua aplicação mesmo para os sinistros ocorridos antes entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Confira-se:

**?É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008. (Súmula 544, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 31/08/2015)?**

Em detida análise do laudo pericial apresentado, observa-se que a conclusão foi de que a parte autora apresenta invalidez incompleta, permanente, parcial, de repercussão grave no tornozelo direito. Logo, a indenização a que a parte autora faz jus levará em consideração o limite máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) e a repercussão grave de 75% (setenta e cinco por cento), conforme Tabela anexa à Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009.

Desta forma, tem-se que a indenização decorrente da perda anatômica e/ou funcional do tornozelo direito deve ser calculada à base de 25%, resultando em R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), aplicada a repercussão de 75%, corresponde a R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) exatamente a quantia que a requerida pagou à parte autora administrativamente.

Ante o exposto, **julgo improcedente** o pedido formulado na inicial. Todavia, tendo em vista que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita, deixo de condená-la ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

P.R.I. Após, arquivem-se.



Goiânia, 19 de junho de 2018.

Dioran Jacobina Rodrigues

Juiz de Direito

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 29/06/2018 03:00:45  
Assinado por DIORAN JACOBINA RODRIGUES  
Validação pelo código: 10403560585955353, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032755100000178454086  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032755100000178454086>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27

Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - TACIANA DA SILVA SOUZA (Referente à Mov. Sentença Julgada Improcedente o Pedido - 29/06/2018 03:00:45) ) do dia 03/07/2018 11:25:05 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (Referente à Mov. Sentença Julgada Improcedente o Pedido - 29/06/2018 03:00:45) ) do dia 03/07/2018 11:25:05 não possui "Arquivos".



Intimação Efetivada

1. A movimentação: ( Intimação Efetivada - A ser publicada no Diário Eletrônico nos próximos 2 (dois) dias úteis - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - Polo Passivo (Referente à Mov. Sentença Julgada Improcedente o Pedido - 29/06/2018 03:00:45) ) do dia 12/07/2018 15:02:33 não possui "Arquivos".





CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a sentença transitou em julgado.

Goiânia, 1 de agosto de 2018

Vinicius Garcia Batista

P/ ESCRIVÃO

Valor: R\$ 10.968,75 | Classificador: ARQUIVADO  
Procedimento Comum  
GOIÂNIA - 2ª VARA CÍVEL  
Usuário: Edyen Valente Calepis - Data: 09/10/2019 14:51:27

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**  
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 01/08/2018 13:08:30  
Assinado por VINICIUS GARCIA BATISTA  
Validação pelo código: 10483562587728551, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/PendenciaPublica>



Este documento foi gerado pelo usuário 008.\*\*\*.\*\*\*-05 em 20/09/2024 17:03:38  
Número do documento: 24092017032755100000178454086  
<https://pje.cloud.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092017032755100000178454086>  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 20/09/2024 17:03:27



Processo Arquivado

1. A movimentação: ( Processo Arquivado ) do dia 01/08/2018 13:08:49 não possui "Arquivos".

